

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.883 - SP (2019/0042834-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : MARCELLY NATHANE RIBEIRO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : SAULO BONAT DE MELLO E OUTRO(S) - PR024636**  
**AGRAVADO : LOCALFRIO S/A ARMAZÉNS GERAIS FRIGORÍFICOS**  
**ADVOGADOS : THIAGO TESTINI DE MELLO MILLER E OUTRO(S) - SP154860**  
**ALINE BAYER DA SILVA - SP330606**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) ausência de contrariedade aos artigos de lei indicados, (b) incidência da Súmula n. 7/STJ e (c) falha na comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ fls. 935/936).

O acórdão do TJSP traz a seguinte ementa (e-STJ fl. 783):

Indenização. Dano moral. Incêndio ocorrido nas dependências do terminal portuário privado da requerida e que incontroversamente ocasionou o lançamento de substâncias químicas ao ar, atingindo as cidades de Guarujá, Santos e São Vicente. Cerceamento de defesa inexistente. Danos de que se queixa a autora comprováveis mediante prova documental que deve instruir a inicial. Artigo 434 do CPC. Ainda que se cuidasse de responsabilidade objetiva decorrente do risco da atividade, não há como se acolher o pedido de indenização por alegados danos à saúde já que a autora não trouxe quaisquer documentos que comprovassem suas alegações. Artigo 373, I, do CPC. Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 929/931).

No recurso especial (e-STJ fls. 790/907), fundamentado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF, a recorrente apontou dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 319, 355, 356, 361, 369 e 370 e seguintes do CPC/2015, argumentando existir cerceamento de defesa, porque o julgamento antecipado da lide o teria impedido de produzir as provas necessárias à comprovação dos danos experimentados.

Indicou dissenso interpretativo e ofensa aos arts. 374 do CPC/2015, 927 do CC/2002 e 4º, VII, § 1º, e 14 da Lei n. 6.938/1981, pois haveria comprovação dos prejuízos sofridos com a inalação dos gases tóxicos, além de ser notória a perturbação de sua vida. Nesse contexto, requereu a condenação da recorrida ao pagamento de danos morais, pois a conduta dela extrapolaria o mero dissabor cotidiano.

No agravo (e-STJ fls. 939/989), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 992/1.002).

A recorrente em petição avulsa de fls. 1.010/1.098 (e-STJ), reitera o pedido de dilação probatória, a fim de comprovar os danos morais suscitados.

É o relatório.

Decido.

As teses e pedidos trazidos pela parte recorrente na petição avulsa de fls. 1.010/1.098 (e-STJ) não podem ser examinados, pois, "na linha dos precedentes do STJ, os argumentos apresentados em momento posterior à interposição do recurso especial não são passíveis de conhecimento por importar inovação recursal, indevida em virtude da preclusão consumativa" (AgInt no REsp n. 1.800.525/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/5/2019, DJe 3/6/2019).

Quanto ao mérito, a utilização de expressões genéricas para indicar afronta a dispositivos legais – art. 370 e seguintes do CPC/2015 –, segundo a jurisprudência do STJ torna a fundamentação recursal deficitária e inviabiliza o conhecimento do recurso, devido à aplicação analógica da Súmula n. 284/STF. Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 914 "E SEGUINTE" DO CPC/1973. FALTA DE ESPECIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. "O uso da fórmula aberta 'e seguintes' para a indicação dos artigos tidos por violados revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF. Isso porque o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo iura novit curia e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente" (AgRg no REsp n. 1.124.819/AM, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 3/6/2014, DJe 12/6/2014).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.648.982/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017.)

Além disso, a Corte local não se manifestou quanto aos arts. 319, 356, 361, 369 e 374 do CPC/2015 e 4º e 14 da Lei 6.938/1981, a despeito dos aclaratórios opostos.

Inafastáveis, dessa maneira, as Súmulas n. 282 do STF e 211 do STJ.

O Tribunal *a quo* afastou o alegado cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide, tendo em vista que (e-STJ fls. 784/785):

O Código de Processo Civil admite o julgamento antecipado da lide sempre que o Juiz, destinatário das provas, entender que as questões fáticas se encontram suficientemente demonstradas e só resta a aplicação do direito. E, no caso, entendendo o digno Magistrado sentenciante que a prova existente era suficiente para a solução da lide, bem agiu ao julgar o feito com base no art. 355, I, do NCPC, em atendimento aos princípios da economia celeridade processuais.

Insista-se que os danos narrados pela autora têm natureza tal que demandam comprovação mediante prova documental, notadamente demonstrativo de atendimento em nosocômio ou prescrição de medicamentos, como bem ponderado pela r. sentença.

E, especificamente quanto à prova documental "Incumbe à parte instruir a petição inicial ou a contestação com os documentos destinados a provar suas alegações." (artigo 434 do Código de Processo Civil de 2015 e artigo 396 do Código de Processo Civil de 1973).

Dissentir das conclusões do acórdão impugnado para acolher a tese de insuficiência probatória, conforme sustentado pela recorrente na insurgência recursal, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ. Nesse contexto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. REANÁLISE DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela possibilidade de julgamento antecipado da lide, considerando desnecessária a realização de novo exame de DNA, tendo em vista a falta de comprovação de qualquer irregularidade ou vício no exame realizado extrajudicialmente. Alterar tal conclusão demandaria nova análise dos elementos fáticos, inviável em recurso especial.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.152.898/PR, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 23/8/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, PARÁGRAFO 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. REEXAME DE PROVAS.

(...)

2. Rever a conclusão do aresto impugnado quanto à inexistência de cerceamento de defesa encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.068.815/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 25/8/2017.)

Ademais, segundo a jurisprudência do STJ, "sendo o juiz o destinatário da prova, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o entendimento pelo julgamento antecipado da lide não acarreta cerceamento de defesa" (AgInt no REsp n. 1.429.272/MA, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES – Desembargador convocado DO TRF 5ª REGIÃO –, QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 20/8/2018).

Do mesmo modo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS ATESTADAS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Segundo o princípio da livre persuasão racional, a dilação probatória destina-se ao convencimento do julgador. Assim, pode o juiz rejeitar a produção de determinadas provas por entendê-las irrelevantes para a formação de sua convicção ou meramente protelatórias ao andamento do processo, em desrespeito ao princípio da celeridade processual. Com isso, pode o magistrado julgar antecipadamente a lide quando concluir que a questão controvertida é unicamente de direito ou que as provas já apresentadas com a exordial e com a peça de defesa são suficientes para o deslinde da controvérsia.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.205.281/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/3/2018, DJe 26/3/2018.)

Estando o acórdão impugnado em sintonia com a jurisprudência assente neste Tribunal Superior, incide a Súmula n. 83/STJ, que se aplica como óbice tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto àqueles fundamentados pela alínea "a" do permissivo constitucional.

O pedido de indenização por danos morais foi rejeitado pela Corte local, nos seguintes termos (e-STJ fls. 785/786):

Ora, como mencionado pela r. Sentença corroborando o entendimento deste E. Tribunal de Justiça em diversos julgamentos onde outros moradores buscavam indenização à requerida com causa de pedir idêntica à da autora -, as alegações, genéricas, desacompanhadas de prova efetiva de dano, são incapazes de gerar direito à indenização pretendida.

(...)

Insista-se, ainda que a responsabilidade seja objetiva ou do risco, prescindindo da culpa, é preciso comprovar o dano e o nexo de causalidade. Embora essa modalidade de responsabilidade se desloque da ideia de culpa para a de risco-proveito, calcada no princípio de que é reparável o dano tão somente em consequência da atividade de risco realizada em benefício do responsável, seria imperiosa a prova do dano e do nexo causal. No caso, repita-se, a autora não trouxe qualquer documento capaz de comprovar os danos de que se queixou na inicial (artigo 373, I, do CPC).

Não há como ultrapassar as conclusões do Tribunal de origem sem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Por fim, o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015), ônus dos quais a recorrente não se desincumbiu.

Registre-se, ainda, que "a divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial" (Súmula n. 13/STJ).

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator